

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE
LICITAÇÃO E JULGAMENTO****PROCESSO SELETIVO CONJUNTO Nº 012/2017****ATO CONVOCATÓRIO****Coleta / Cotação de Preços – Menor Preço****CONTRARRAZÕES DE RECURSO**

ASERCO ASSESSORIA E SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA - EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.119.289/0001-28, com sede na Rua Ivaldo Alves do Nascimento, 966, Bairro Aparecida em Uberlândia/MG, CEP: 38400-683, neste ato representada por seu sócio administrador **HUDSON FERREIRA DE MIRANDA**, brasileiro, casado, contador, portador do CPF: 672.210.096-00 e documento de identidade M-1.338.083-SSP/MG, tendo por endereço comercial o mesmo acima descrito, vêm, no prazo legal, à presença de Vossa Excelência, apresentar suas **CONTRARRAZÕES** em face do **RECURSO** apresentado por **JOSÉ LUIZ DOS SANTOS CONTADOR EIRELI**, já devidamente qualificado, pelos fatos e razões abaixo descritos:

I- DAS ALEGAÇÕES DO RECORRENTE

Em síntese, o Recorrente declara que:

- a) - Os participantes Aserco Assessoria e Serviços Contábeis Ltda e Ativa Contabilidade S/S Ltda, não apresentaram corretamente a documentação e proposta de preço para habilitação;





- b) - A Comissão Julgadora inobservou as regras do Edital na análise dos documentos;
- c) - Houve descumprimento por parte da Recorrida em relação ao que dispõe o item 5.4 letra "b", do Edital;
- d) - A forma de apresentação do preço da proposta, não foi cumprida, tendo sido desrespeitada as exigências legais da Lei Complementar 123 de 2016, assim como o item 6.24 do Ato Convocatório;
- e) - A Recorrida descumpriu com o item 6.48 do Edital;
- f) - A Recorrida manipulou a planilha, ferindo o princípio da igualdade previsto na Carta Magna;

Por fim, requereu a desclassificação da Recorrida, pela inadequação da composição de sua planilha de preço, em afronta ao princípio da legalidade;

II-DAS CONTRARRAZÕES

As alegações apresentadas pelo Recorrente não devem prosperar, já que não condizem com a verdade dos fatos, senão vejamos:

2.1- A Recorrida apresentou devidamente toda a documentação solicitada, respeitando rigorosamente o disposto no Edital;

2.2- Tanto é verdade que a Comissão Julgadora, experiente na análise de documentos, não encontrou quaisquer irregularidades na apresentação dos mesmos;

2.3- Em relação ao **tópico I "c"**, supracitado, a afirmação do Recorrente é no mínimo irresponsável, já que se baseou unicamente numa consulta efetuada via internet. Ora, prezados membros julgadores, referida consulta somente

pode ser averiguada “in loco”, na Secretaria de Desenvolvimento Social, junto à Prefeitura Municipal de Uberlândia, restando claro que se o tivesse feito, teria encontrado as informações necessárias a corroborarem os documentos juntados ao processo pela Recorrida;

2.3.1- Os repasses foram feitos mensalmente, estando os contratos, assim como os comprovantes dos repasses em posse da Instituição Social São Vicente e Santo Antônio, estando estes a disposição do Recorrente, caso queira verifica-los pessoalmente, no local;

2.3.2- De todo modo, a documentação comprobatória já foi apresentada inicialmente, seguindo novamente os balanços financeiros, do período de 2015 e 2016, assim como o convênio de nº 003/2017, para que não restem quaisquer dúvidas em relação à sua veracidade;

2.4- Em relação ao tópico **I “d)**, a forma de apresentação da proposta de preço foi rigorosamente cumprida, tendo o Recorrente cometido sério equívoco em relação à classificação tributária, nos termos da Lei Complementar 123 de 2016, no que diz respeito ao enquadramento de escritório de contabilidade, haja vista que diferentemente do que aponta, a forma de tributação não está vinculado ao anexo IV do Simples Nacional, mas devidamente ao anexo III, o que pode ser facilmente verificado pelo CNAE da empresa (69.20-6-01), constante em seu CNPJ;

2.4.1- Tal adequação de enquadramento pode ser também averiguada no Artigo 18 § 5º-B, inciso XIV, da Lei Complementar 123, que diz:



Art. 18. O valor devido mensalmente pela microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional será determinado mediante aplicação das alíquotas efetivas, calculadas a partir das alíquotas nominais constantes das tabelas dos Anexos I a V desta Lei Complementar, sobre a base de cálculo de que trata o § 3º deste artigo, observado o disposto no § 15 do art. 3º.

(...)

§ 5º-B Sem prejuízo do disposto no § 1º do art. 17 desta Lei Complementar, serão tributadas na forma do Anexo III desta Lei Complementar as seguintes atividades de prestação de serviços:

(...)

XIV - escritórios de serviços contábeis, observado o disposto nos §§ 22-B e 22-C deste artigo. (grifo nosso)

2.4.2- Em relação ao questionamento quanto à alíquota apurada de 15,09%, resta esclarecer que, tendo em vista que o contrato, objeto da referida licitação, terá vigor somente a partir do ano calendário de 2018, a Recorrida deverá também obedecer à legislação em vigor a partir desta data, qual seja, a Lei Complementar 155/2016 e Resolução 135/2017, que passaram a vigorar a partir de 01/01/2018.

2.4.3- De acordo com a nova regra a alíquota efetiva é encontrada através do apontamento da receita bruta dos últimos 12 (doze) meses, em confronto à tabela do Anexo III, conforme demonstrado a seguir, assim como a tabela de cálculo e alíquotas em anexo:

$$AE = \frac{(RBT12 \times \text{Alíquota})}{RBT12} - PD$$

RBT12

Onde:

AE = Alíquota Efetiva

RTB12 = Receita Bruta Total de 12 Meses

PD = Parcela a deduzir



Desta forma, para a apuração da alíquota efetiva, foi considerado o valor da Receita Bruta Efetiva de 12 meses da Recorrida conforme disposto abaixo:

$$AE = \frac{(2.124.485,01 \times 21\%) - 125.640,00}{2.124.485,01} = 15,09 \text{ (Alíquota Efetiva)}$$

2.5 - Em relação ao **tópico I “e”**, podemos observar que de acordo com cálculos acima demonstrados, o custo mínimo exigido foi respeitado de acordo com o item 6.48 do processo seletivo, não devendo, portanto, serem consideradas as alegações incorretas do Recorrente, estando o valor apurado em observância ao BDI, já constante na proposta de preço inicialmente apresentada, estando ainda rigorosamente de acordo ao que dispõe o item 6.24 do Ato Convocatório;

2.6 – Deste modo, as alegações, de certa forma bastante ofensivas, dirigidas à Recorrida pelo Recorrente, em relação à manipulação de sua planilha, devem ser categoricamente desconsideradas, eis que inverídicas e sem quaisquer provas concretas juntadas ao seu recurso, tendo o mesmo se utilizado unicamente e tão somente de meras falácias.

III- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Em vista de todo exposto, espera e confia seja a Requerida considerada apta para a prestação dos serviços licitados, haja vista terem sido cumpridas e respeitadas todas as exigências legais contidas no instrumento Licitatório.





ASERCO
CONTABILIDADE

Rua Ivaldo Alves do Nascimento, 966
Aparecida - 38400-096 - Uberlândia/MG

Atendimento ao Cliente:

3291-9100

aserco@aserco.com.br

Que, observado a forma de cálculo de imposto apresentado pela Recorrente, e tendo em vista que se os cálculos da mesma não tiverem embasamento na Legislação atual em vigor, seja ela sim considerada inabilitada e, portanto, desclassificada para a participação desta Licitação.

E, por fim, declare a Recorrida empresa ASERCO ASSESSORIA E SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA, como vencedora dessa Licitação.

Contudo, caso não seja o entendimento dessa comissão, o que de fato não se acredita, e, com respeito a V.Exas, que o a referida discussão possa vir a ser apreciada por órgão superior.

Termos em que

Pede e espera deferimento.

Uberlândia/MG, 08 de Janeiro de 2018.

Aserco Assessoria e Serviços Contábeis Ltda - EPP

CNPJ/MF 18.119.289/0001-28

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 18.119.289/0001-28 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 12/07/1983
NOME EMPRESARIAL ASERCO ASSESSORIA E SERVICOS CONTABEIS LTDA - EPP			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ASERCO			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 69.20-6-01 - Atividades de contabilidade			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 47.61-0-03 - Comércio varejista de artigos de papelaria			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
LOGRADOURO R IVALDO ALVES NASCIMENTO		NÚMERO 966	COMPLEMENTO
CEP 38.400-683	BAIRRO/DISTRITO NOSSA SENHORA APARECIDA	MUNICÍPIO UBERLANDIA	UF MG
ENDEREÇO ELETRÔNICO PARALEGAL@ASERCO.COM.BR		TELEFONE (34) 3291-9100	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 24/09/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **08/01/2018** às **08:53:10** (data e hora de Brasília).



Página: 1/1

© Copyright Receita Federal do Brasil - 08/01/2018

» Simples Nacional - Simulador de apuração

Atividade: 6920-6/01 - Atividades de contabilidade

- Lista de Atividades Segundo a Comissão Nacional de Classificação - CONCLA

Registro contábil das transações comerciais de empresas e de outras entidades

Elaboração do balanço anual de empresas

Preparação de declarações de imposto de renda de pessoas físicas e jurídicas

Atividades de assessoria e representação (não-jurídicas) exercidas ante a administração tributária em nome de seus clientes

Tributação Anexo

III

Fundamento Legal

[Artigo 18, § 5º-B, da Lei Complementar nº 123/2006](#)


Observações


ENQUADRAMENTO - Considerando apenas a atividade analisada no código CNAE, a empresa poderá optar pelo Simples Nacional. Antes de realizar a opção pelo Simples Nacional, é necessário observar as hipóteses de vedação relacionadas no [Anexo VI](#) da [Resolução CGSN nº 94/2011](#), observado o disposto no [artigo 17, § 2º](#), da [Lei Complementar nº 123/2006](#).

REQUISITOS ESPECÍFICOS - Para que possam ser enquadrados no regime Simples Nacional, os escritórios de contabilidade, individualmente ou por meio de suas entidades representativas de classe, deverão: a) promover atendimento gratuito relativo à inscrição, à opção e à primeira declaração anual simplificada do microempreendedor individual (MEI); b) fornecer resultados de pesquisas quantitativas e qualitativas relativas às microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional por eles atendidas; c) promover eventos de orientação fiscal, contábil e tributária para as microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional por eles atendidas. Caso descumprida alguma dessas condições, o escritório será excluído do Simples Nacional ([artigo 18, §§ 22-B e 22-C](#)).

ISS FIXO - Os escritórios de serviços contábeis estão sujeitos à tributação mediante aplicação das alíquotas constantes do [Anexo III](#) da [Lei Complementar nº 123/2006](#). Nos casos em que a legislação do Município determine que seja realizado o recolhimento do ISS diretamente para o Município em valor fixo, deverá ser desconsiderado o percentual relativo ao ISS para cálculo do imposto ([Resolução CGSN nº 94/2011, artigo 25-A, inciso IX](#)).

Cálculo

Selecione o Anexo: 

Possui receita nos 12 meses anteriores? ☒ Sim ☐ Não 

Avançar

[voltar](#)



Seção III Das Alíquotas e Base de Cálculo

Art. 18. O valor devido mensalmente pela microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional será determinado mediante aplicação das alíquotas efetivas, calculadas a partir das alíquotas nominais constantes das tabelas dos Anexos I a V desta Lei Complementar, sobre a base de cálculo de que trata o § 3º deste artigo, observado o disposto no § 15 do art. 3º. Alterado pela Lei Complementar nº 155/2016 (DOU de 28.10.2016), efeitos a partir de 01.01.2018
Redação Anterior

§ 5º-B Sem prejuízo do disposto no § 1º do art. 17 desta Lei Complementar, serão tributadas na forma do Anexo III desta Lei Complementar as seguintes atividades de prestação de serviços:

I - creche, pré-escola e estabelecimento de ensino fundamental, escolas técnicas, profissionais e de ensino médio, de línguas estrangeiras, de artes, cursos técnicos de pilotagem, preparatórios para concursos, gerenciais e escolas livres, exceto as previstas nos incisos II e III do § 5º -D deste artigo;

II - agência terceirizada de correios;

III - agência de viagem e turismo;

IV - centro de formação de condutores de veículos automotores de transporte terrestre de passageiros e de carga;

V - agência lotérica;

VI - (REVOGADO)

VII - (REVOGADO)

VIII - (REVOGADO)

IX - serviços de instalação, de reparos e de manutenção em geral, bem como de usinagem, solda, tratamento e revestimento em metais;

X - (REVOGADO)

XI - (REVOGADO)

XII - (REVOGADO)

XIII - transporte municipal de passageiros;

XIV - escritórios de serviços contábeis, observado o disposto nos §§ 22-B e 22-C deste artigo;

XV - produções cinematográficas, audiovisuais, artísticas e culturais, sua exibição ou apresentação, inclusive no caso de música, literatura, artes cênicas, artes visuais, cinematográficas e audiovisuais.

XVI - fisioterapia; Acrescentado pela Lei Complementar nº 147/2014 (DOU de 08.08.2014), efeitos a partir de 08.08.2014

XVII - corretagem de seguros. Acrescentado pela Lei Complementar nº 147/2014 (DOU de 08.08.2014), efeitos a partir de 08.08.2014

XVIII - arquitetura e urbanismo; Acrescentado pela Lei Complementar nº 155/2016 (DOU de 28.10.2016), efeitos a partir de 01.01.2018

XIX - medicina, inclusive laboratorial, e enfermagem; Acrescentado pela Lei Complementar nº 155/2016 (DOU de 28.10.2016), efeitos a partir de 01.01.2018

XX - odontologia e prótese dentária; Acrescentado pela Lei Complementar nº 155/2016 (DOU de 28.10.2016), efeitos a partir de 01.01.2018

XXI - psicologia, psicanálise, terapia ocupacional, acupuntura, podologia, fonoaudiologia, clínicas de nutrição e de vacinação e bancos de leite. Acrescentado pela Lei Complementar nº 155/2016 (DOU de 28.10.2016), efeitos a partir de 01.01.2018



Gerado em 11/12/2017 16:43:21
Apurado em 09/11/2017 13:52:03
Apuração Retificadora
PGDAS-D Versao: 1.7.4.0

1) Informações do Contribuinte

CNPJ Básico: 18.119.289	Nome Empresarial: ASERCO ASSESSORIA E SERVICOS CONTABEIS LTDA - EPP		
Data de Início de Atividade: 12/07/1983	Data de Abertura no CNPJ: 12/07/1983	Regime de Apuração: Competência	
Optante pelo Simples Nacional: Sim			

2) Informações da Apuração 18119289201710002

Período de Apuração (PA): 10/2017

2.1 Discriminativo de Receitas

Total de Receitas Brutas (R\$)	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Receita Bruta do PA (RPA) - Competência	180.191,20	0,00	180.191,20
Receita bruta acumulada nos doze meses anteriores ao PA (RBT12)	2.124.485,01	0,00	2.124.485,01
Receita bruta acumulada nos doze meses anteriores ao PA proporcionalizada (RBT12p)			
Receita bruta acumulada no ano-calendário corrente (RBA)	1.741.997,27	0,00	1.741.997,27
Receita bruta acumulada no ano-calendário anterior (RBAA)	1.888.598,29	0,00	1.888.598,29
Limite de receita bruta proporcionalizado	3.600.000,00	3.600.000,00	

2.2) Receitas Brutas Anteriores (R\$)

2.2.1) Mercado Interno							
01/2016	157.598,19	02/2016	155.968,41	03/2016	144.896,17	04/2016	135.441,39
05/2016	146.088,83	06/2016	134.964,83	07/2016	140.620,56	08/2016	168.778,24
09/2016	141.562,73	10/2016	147.182,02	11/2016	137.048,70	12/2016	278.448,22
01/2017	160.431,54	02/2017	157.907,71	03/2017	159.477,48	04/2017	165.987,54
05/2017	180.762,49	06/2017	183.951,28	07/2017	179.684,59	08/2017	181.206,55
09/2017	192.396,89						
2.2.2) Mercado Externo							
01/2016	0,00	02/2016	0,00	03/2016	0,00	04/2016	0,00
05/2016	0,00	06/2016	0,00	07/2016	0,00	08/2016	0,00
09/2016	0,00	10/2016	0,00	11/2016	0,00	12/2016	0,00
01/2017	0,00	02/2017	0,00	03/2017	0,00	04/2017	0,00
05/2017	0,00	06/2017	0,00	07/2017	0,00	08/2017	0,00
09/2017	0,00						

2.3) Folha de Salários Anteriores (R\$)

Nenhuma

2.4) Fator "r"

Fator "r" = Não se aplica

2.5) Valores Fixos

Não se aplica

3) Informações dos Estabelecimentos - valores referentes às Receitas Informadas

CNPJ: 18.119.289/0001-28				Localização: UBERLANDIA-MG					
Possui sublimite estadual: Não				Impedido de recolher ICMS/ISS no DAS: Não					
Receita Informada									
Atividade: Prestação de serviços, exceto para o exterior, sujeitos ao anexo III sem retenção/substituição tributária de ISS, com ISS devido ao próprio município do estabelecimento							Valor Total (R\$): 167.693,13		
Valor devido por tributo (R\$)									
IRPJ	CSLL	COFINS	PIS/Pasep	INSS/ CPP	ICMS	IPI	ISS	Total	
1.157,08	1.157,08	3.504,78	838,46	10.212,54	0,00	0,00	8.384,65	25.254,59	
Parcela 1 = 167.693,13									
Receita Informada									
Atividade: Prestação de serviços, exceto para o exterior, sujeitos ao Anexo III com retenção/substituição tributária de ISS							Valor Total (R\$): 12.498,07		
Valor devido por tributo (R\$)									
IRPJ	CSLL	COFINS	PIS/Pasep	INSS/ CPP	ICMS	IPI	ISS	Total	
86,23	86,23	261,20	62,49	761,16	0,00	0,00	0,00	1.257,31	
Parcela 1 = 12.498,07									
Totais do Estabelecimento									
Valor Informado: 180.191,20									
Total devido por tributo (R\$)									
IRPJ	CSLL	COFINS	PIS/Pasep	INSS/ CPP	ICMS	IPI	ISS	Total	
1.243,31	1.243,31	3.765,98	900,95	10.973,70	0,00	0,00	8.384,65	26.511,90	

4) Resumo da apuração

Total geral da empresa (R\$)								
IRPJ	CSLL	COFINS	PIS/Pasep	INSS/ CPP	ICMS	IPI	ISS	Total
1.243,31	1.243,31	3.765,98	900,95	10.973,70	0,00	0,00	8.384,65	26.511,90

5) DAS deste PA que foram reconhecidos como pagos até a data da apuração e utilizados no cálculo

Não foram identificados DAS pagos para este PA

6) Informações sobre DAS Gerado na apuração: 18119289201710002

Número: 07201731374877714			Data de Vencimento: 20/11/2017		Data limite para acolhimento: 20/11/2017		
IRPJ	1.243,31	CSLL	1.243,31	COFINS	3.765,98	PIS/PASEP	900,95
INSS/ CPP	10.973,70	ICMS	0,00	IPI	0,00	ISS	8.384,65
Principal	26.511,90	Multa	0,00	Juros	0,00	Total	26.511,90
6.1) Discriminação dos Valores Calculados no DAS Gerado							
Tributo		Valor			Ente Federativo de Destino		
IRPJ		1.243,31			União		
CSLL		1.243,31			União		
COFINS		3.765,98			União		
PIS/PASEP		900,95			União		
INSS/ CPP		10.973,70			União		
ISS		8.384,65			UBERLANDIA - MG		
6.2) Informações da Arrecadação do DAS gerado nesta apuração							
Data de Pagamento	Banco/Agência de Arrecadação	Valor Pago		Número da Remessa do Banco Arrecadador		Número da Remessa para o Banco Centralizador	
17/11/2017	104 / 0161	26.511,90		003013		0000043571	

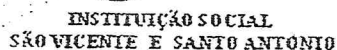
RBT12:	alíquota efetiva	PERCENTUAIS EFETIVOS DOS TRIBUTOS					
		IRPJ	CSLL	Cofins	PIS/Pasep	CPP	ISS
2.124.485,01	15,09%	0,60%	0,53%	1,94%	0,42%	6,60%	5,00%

digite a RBT12 no próximo campo ->

	LIM.INFERIOR	LIM.SUPERIOR	ALÍQUOTA NOMINAL	VLR DEDUZIR
1ª faixa	R\$ -	R\$ 180.000,00	6,00%	-
2ª faixa	R\$ 180.000,01	R\$ 360.000,00	11,20%	9.360,00
3ª faixa	R\$ 360.000,01	R\$ 720.000,00	13,50%	17.640,00
4ª faixa	R\$ 720.000,01	R\$ 1.800.000,00	16,00%	35.640,00
5ª faixa	R\$ 1.800.000,01	R\$ 3.600.000,00	21,00%	125.640,00
6ª faixa	R\$ 3.600.000,01	R\$ 4.800.000,00	33,00%	648.000,00

PERCENTUAIS DE REPARTIÇÃO DOS TRIBUTOS							
IRPJ	CSLL	Cofins	PIS/Pasep	CPP	ISS		
1ª faixa	4,00%	3,50%	12,82%	2,78%	43,40%	33,50%	
2ª faixa	4,00%	3,50%	14,05%	3,05%	43,40%	32,00%	
3ª faixa	4,00%	3,50%	13,64%	2,96%	43,40%	32,50%	
4ª faixa	4,00%	3,50%	13,64%	2,96%	43,40%	32,50%	
5ª faixa	4,00%	3,50%	12,82%	2,78%	43,40%	33,50%	
6ª faixa	35,00%	15,00%	16,03%	3,47%	30,50%	0,00%	

ASERCO Asses. e Serv. Contábeis Ltda.
CRC-MG. 004.732/0
Hudson Ferreira de Miranda
CRC-MG 50.471



Obra vinculada ao Conselho Central de Uberlândia.
Fundado em 19/07/1920 – CNPJ: 25.763.640/0001-84

Declarado de utilidade pública:

Federal - Lei nº 66.401 - 07/01/1970

Estadual: Lei n.º 1.645 – 16/09/1957

Municipal: Lei n.º 595 – 01/09/1956

ANUAL/2016

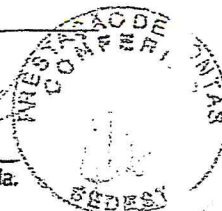
HISTÓRICO	RECEITAS	DESPESAS
1-SALDO ANTERIOR		
Banco c/movimento		
CAIXA:		
2- Receitas		
Recursos Próprios	83,60	
Subvenção PMU - Convênio 0060/2016	378.087,23	
3- Custeio;		
Pessoal;		351.180,44
Encargos Sociais;		24.998,36
Vale transporte;		
Serviços de terceiros, inclusive contador;		
Serviços de impressão gráfica;		
Serviços de copiadora;		
Serviços de correios;		
Serviços cartoriais		
Pagamento de água, luz, gás, telefone fixo e internet;		1.963,03
Pagamento de taxa de monitoramento de alarme;		
Combustível até 100 litros/Mês.		
Despesas com veículo (manutenção e mão de obra)		
Material para manutenção e pequenos reparos do imóvel		
Material de cons.p/ atividade escrit.física, recreativa		
Material, peças e acessórios p/ computadores.		
Material de copa e cozinha.		
Material de cama, mesa e banho.		
Material de higiene pessoal e limpeza.		
Generos Alimentícios.		
Verdura, leite e pão		
Uniformes, tecidos, aviamentos e confecção de uniformes		
Material de proteção individual		
Material de segurança patrimonial		
Material de segurança do trabalho.		
Contratação de empresa tercerizada para limpeza.		
Projeto de incêndio do imóvel		
Material de primeiros socorros.		
Tarifa Bancária		29,00
Fraldas geriátricas		
4- Saldo atual		
Caixa:		
Banco Conta Caixa Econômica Federal 502308-0		
TOTAIS	378.170,83	378.170,83

Uberlândia, 31 de Dezembro/2015

NEUSA FREITAS ALVES
Presidente

GILMAR ALVES
Tespureiro

ASERCO Asses. e Serv. Contábeis Ltda.
CRC-MG. 004.732/0
Hudson Ferreira de Miranda
CRC-MG 50.471



CONVÊNIO Nº 003/2017

1

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE
UBERLÂNDIA E INSTITUIÇÃO SOCIAL SÃO VICENTE E SANTO
ANTÔNIO

CLÁUSULA PRIMEIRA - PARTES E FUNDAMENTO

1.1) CONCEDENTE: MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA, sediado na Av. Anselmo Alves dos Santos, 600 – Bairro Santa Mônica, inscrito no CNPJ sob o nº 18.431.312/0012-78, neste ato representado pelo Prefeito Municipal **ODELMO LEÃO**, CPF 080.333.586-53, RG M-46.638 SSP/MG e pela Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Trabalho e Habitação **IRACEMA BARBOSA MARQUES**, CPF 512.019.686-15, RG 618.560 SSP/GO, ambos brasileiros, residentes e domiciliados nesta cidade.

1.2) CONVENIENTE: INSTITUIÇÃO SOCIAL SÃO VICENTE E SANTO ANTÔNIO com sede nesta cidade, à Rua Coronel Severiano, 131 – Centro, CEP: 38.400-228, CNPJ nº 25.763.640/0001-84, neste ato representada por sua Presidente **NEUSA FREITAS ALVES**, CPF nº 672.366.346-20, RG nº MG-5.435.199 SSP/MG, brasileira, casada, do lar e residente nesta cidade.

1.3) FUNDAMENTO: O presente Convênio fundamenta-se na Lei nº 4.320/1964; na Lei nº 8.666/1993 e alterações; no artigo 204, I da Constituição Federal; na Lei Federal nº 8.742/1993 artigos 5º, I e 6º; Lei Orgânica da Assistência Social; na Lei 10.741/2003; nos artigos 45 - XIV e 151, Parágrafo 2º da Lei Orgânica Municipal; no artigo 40 - II, da Lei Complementar nº 432/2006 - Plano Diretor do Município de Uberlândia; na Lei Municipal nº 5.775/1993 e alterações; na Lei Municipal nº 6.480/1995 e alterações; na Lei Municipal nº 8.339/2003 e alterações; no Decreto Municipal nº 12.421/2010; na Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 12.480 de 12/08/2016, na Lei Orçamentária Anual nº 12.607 de 30/12/2016, na Lei nº 12.606 de 30/12/2016, que autoriza o Município a conceder subvenção social às entidades sem fins lucrativos e no Plano de Trabalho - Anexo I - que faz parte integrante deste instrumento e no Inquérito Civil nº MPMG-0702.17.000366-0.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1) É objeto deste Convênio o repasse de recursos de subvenção social ao Conveniente, oriundos deste Município, nos termos da lei autorizativa própria, para desenvolver ações previstas no Plano de Trabalho, anexo I.

PARÁGRAFO ÚNICO: A meta de atendimento e o valor mensal previstos no Plano de Trabalho em anexo, poderão, durante o exercício, sofrer alterações com base em parecer técnico emitido pela Comissão Permanente para Análise e Acompanhamento dos Procedimentos Relativos ao Repasse de Subvenção.

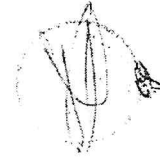
CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

3.1) A vigência deste convênio será a partir de 01/02/2017 até 31/12/2017, sem prejuízo dos efeitos produzidos a partir de 02/01/2017;



Handwritten signature

Handwritten signature



Handwritten signature



3.2) A prorrogação da vigência dar-se-á de ofício, quando houver atraso na liberação dos recursos motivado pelo Concedente, limitada ao exato período de atraso ocorrido.

CLÁUSULA QUARTA - DA RESCISÃO

4.1) Este Convênio poderá ser rescindido, no caso de inadimplemento de quaisquer de suas cláusulas, particularmente quando constatado a utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE

5.1) Cadastrar, acompanhar, manter a guarda da documentação, avaliar, aprovar o registro da Conveniente no Cadastro Municipal de Entidades e Organizações Conveniadas, emitido previamente à celebração deste Convênio, através da Comissão Permanente para Análise e Acompanhamento dos Procedimentos Relativos ao Repasse de Subvenção, mantendo atualizadas as informações, fornecidas pela Conveniente;

5.2) Repassar ao Conveniente recursos, para fazer face às despesas consignadas no Plano de Trabalho, conforme disponibilidade orçamentária, programação prévia e cronograma estimativo previsto no referido Plano. Os valores mensais previstos e a quantidade de parcelas poderão diferir das liberações sem, contudo, superar o valor citado na Cláusula Nona respeitando a disponibilidade financeira do Concedente;

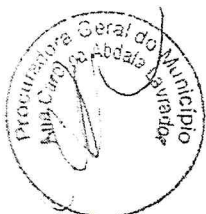
5.3) Fiscalizar a aplicação dos recursos repassados ao Conveniente, acompanhar e orientar a execução deste Convênio e avaliar as condições de funcionamento da Conveniente, através da Comissão Permanente para Análise e Acompanhamento dos Procedimentos Relativos ao Repasse de Subvenção;

5.4) Este Convênio, bem como os seus Termos Aditivos, serão publicados em extrato no Diário Oficial do Município, que será providenciado pelo Concedente até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, devendo esta ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias a contar daquela data, conforme art. 61, § único da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENIENTE

6.1) Requerer previamente à celebração deste Convênio, junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Trabalho e Habitação, o Registro da Conveniente no Cadastro Municipal de Entidades e Organizações Conveniadas, encaminhando à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Trabalho e Habitação a documentação que sofrer alterações;

6.2) Manter registros contábeis específicos para acompanhamento e controle do fluxo de recursos recebidos, destacando a receita, as aplicações financeiras e os respectivos rendimentos, bem como as despesas realizadas;



[Handwritten signature]



[Handwritten signature]

6.3) Utilizar os recursos repassados pelo Concedente exclusivamente para atender às despesas e ações descritas no Plano de Trabalho;

6.4) Oferecer atendimento ético e digno aos usuários;

6.5) Preencher as vagas subvencionadas pelo Concedente, mediante triagem feita pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Trabalho e Habitação / Diretoria de Proteção Social Especial, devendo o preenchimento da vaga ser feito exclusivamente pelo Concedente, de acordo com as orientações técnicas do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). O custeio dos atendimentos de beneficiários não triados pela Concedente será de inteira responsabilidade da Conveniente;

6.6) Atender às normas e diretrizes estabelecidas pelo Concedente, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Trabalho e Habitação / Diretoria de Relações com o Terceiro Setor;

6.7) Apresentar à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Trabalho e Habitação / Diretoria de Relações com o Terceiro Setor, até o 5º dia útil de cada mês, Relatório Mensal de Atendimento (Anexo II), discriminando a quantidade de atendimentos e apresentando informações sobre as atividades realizadas, avanços e propostas;

6.7.1) O Relatório Mensal de Atendimento deverá ser acompanhado da relação completa dos beneficiários atendidos conforme Anexo III, em ordem alfabética, contendo: nome, data de nascimento, CPF e NIS, endereço, telefone, filiação e/ou responsável, data de ingresso e do desligamento, bem como cópia do documento pessoal do beneficiário;

6.8) Permitir o ingresso de servidor designado pela Secretaria Municipal Desenvolvimento Social, Trabalho e Habitação, aceitando sua permanência se, a critério desta Secretaria, for julgada conveniente;

6.9) Participar nas reuniões, capacitações e eventos, promovidos pela Secretaria de Desenvolvimento Social, Trabalho e Habitação e pertinentes ao trabalho desenvolvido, sempre que convidados;

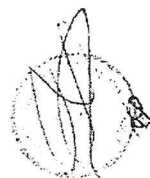
6.10) Afixar e manter em local visível, nos imóveis onde são desenvolvidas as atividades descritas no Plano de Trabalho, placa informando a existência deste Convênio, em conformidade com a Lei nº. 11.292/2012 e alterações;

6.11) Divulgar a existência deste Convênio em todos os eventos, publicidades ou divulgações pertinentes às atividades de assistência social descritas no Plano de Trabalho;

6.12) Permitir avaliação, orientação, acompanhamento do Concedente em todas as atividades de assistência social descritas no Plano de Trabalho e contempladas na Lei Orgânica de Assistência Social e resoluções dos Conselhos Municipais afins;



Neusa TA



422

6.13) Garantir o livre acesso de servidores do Concedente e dos órgãos de controle interno e externo ao qual esteja subordinado o Concedente, a qualquer tempo e lugar, aos registros de todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com este Convênio, quando em missão de fiscalização ou auditoria;

6.14) Apresentar à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Trabalho e Habitação / Diretoria de Relações com o Terceiro Setor a prestação de contas dos recursos recebidos, de acordo com especificações constantes da Cláusula Sétima;

6.15) Fornecer à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Trabalho e Habitação / Diretoria de Relações com o Terceiro Setor todos os documentos que sofrerem alteração e vencimento do prazo de validade, durante o período de vigência do Convênio;

6.16) Manter em local visível, nos imóveis onde são desenvolvidas as atividades sociais descritas no Plano de Trabalho, informação indicando a existência de livro de reclamações e sugestões com o número do telefone do Conveniente e da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Trabalho e Habitação;

6.17) Cumprir com todas as obrigações fiscais previstas na legislação vigente.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

7.1) Os recursos referentes a este Convênio deverão ser depositados pelo Concedente em conta bancária específica, em nome do Conveniente e serão movimentados pelos seus representantes autorizados pelo estatuto, que apresentarão à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Trabalho e Habitação / Diretoria de Relações com o Terceiro Setor mensalmente, até o dia 15 do mês subsequente ao do recebimento, a prestação de contas referente aos recursos recebidos, podendo haver saldo bancário positivo de um mês para o outro, observando o Decreto Municipal nº 8.734/2002 e os requisitos abaixo:

7.2) Os recursos serão mantidos em conta bancária específica do Conveniente, somente para pagamentos de despesas constante no Plano de Trabalho, devendo sua movimentação realizar-se, exclusivamente, mediante cheque nominativo, ordem bancária, transferência eletrônica disponível, ou outra modalidade de saque autorizada pelo Banco Central do Brasil, em que fiquem identificados sua destinação, e no caso de pagamento, o credor;

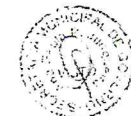
7.3) Os recursos recebidos e os rendimentos de aplicação, não poderão ser utilizados em finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;

7.4) Não serão aceitas despesas com nenhum tipo de publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo e/ou de orientação social das quais não constem nome, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal;

7.5) O extrato bancário será, obrigatoriamente, anexado à prestação de contas, acompanhado de sua respectiva conciliação;



Handwritten signature of Neusa F.



7.6) Serão aceitas apenas as despesas com tarifas bancárias, tais como: manutenção de conta, débito talão de cheque, manutenção de cadastro, tarifa conta ativa e tarifa cheque inferior e superior; as despesas com multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo e taxas bancárias, tais como: débito automático, doc/tesd, despesas sobre cheques devolvidos e conta negativa e outras, serão de responsabilidade da Conveniente;

7.7) Serão aceitos pagamentos de obrigações patronais previstas na legislação específica, Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), bem como aquelas oriundas de Convenção Coletiva de Trabalho; exceto aquelas advindas de condenações judiciais, ou despesas decorrentes de descumprimento de obrigações trabalhistas, tais como férias em dobro, juros, multas e correções monetárias, devendo, neste caso, a Conveniente arcar com tais despesas;

7.8) Deverão ser apresentados no ato da entrega da prestação de contas, os documentos originais para conferência das respectivas cópias;

7.9) As despesas advindas da concessão de subvenções sociais, auxílios e contribuições e transferência de recursos deverão ser comprovadas mediante documentos originais fiscais ou equivalentes, devendo as faturas, notas fiscais e quaisquer outros comprovantes serem emitidos em nome da entidade prestadora do serviço, devidamente identificados ou carimbados com referência ao título e número do Convênio;

7.10) As despesas realizadas e aceitas no período de 02/01/2017 até a liberação da 1ª parcela, deverão ser devidamente comprovadas por meio de documento fiscal hábil ou documento equivalente;

7.11) Os comprovantes de despesas deverão ser emitidos em nome do Conveniente, constando seu endereço, CNPJ, carimbo e outros dados necessários, cujas cópias legíveis farão parte da prestação de contas e os recibos de pagamento de contribuintes individuais, somente serão aceitos para profissionais liberais e estes deverão estar inscritos na Previdência Social e no Município e constar em GFIP, da Conveniente;

7.12) Deverá ser apresentado mensalmente, o balanço financeiro referente a movimentação do recurso recebido;

7.13) Ao final do exercício enviar o Balanço Patrimonial separado por CNPJ, acompanhado da demonstração de *déficit/superávit* do exercício e o Balanço Financeiro referente ao recurso recebido, separada por Convênio firmado;

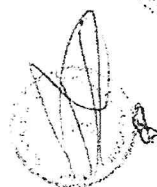
7.14) Os valores lançados no extrato bancário da conta específica vinculada ao Convênio só serão aceitos se identificados com as despesas previstas no Plano de Trabalho. As despesas pagas em desacordo com o Plano de Trabalho serão devolvidas às contas correntes, exceto no fechamento anual do exercício;

7.15) Ao término da vigência deste Convênio, o saldo remanescente de recursos, se houver, deverá ser devolvido à Concedente;



Handwritten signature

Handwritten signature



Handwritten signature

7.16) Ao final do ano, caso a subvenção aprovada em lei não seja suficiente para cobrir as despesas, o Conveniente assumirá a complementação com recursos próprios.

CLÁUSULA OITAVA - DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

8.1) Será instaurada a competente tomada de contas especial, visando a apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e qualificação do dano, por solicitação do respectivo ordenador de despesas quando:

8.1.1) Não for apresentada a prestação de contas no prazo estabelecido;

8.1.2) Não for aprovada a prestação de contas em decorrência de:

a) Não execução do objeto pactuado;

b) Desvio de finalidade;

c) Impugnação de despesas;

d) Ocorrer qualquer outro fato do qual resulte prejuízo ao erário.

CLÁUSULA NONA - DO VALOR E RECURSOS

9.1) O valor do presente Convênio é de R\$ 558.899.96 (Quinhentos e cinquenta e oito mil e oitocentos e noventa e nove reais e noventa e seis centavos).

9.2) Os recursos utilizados para atender às despesas deste Convênio serão provenientes da dotação orçamentária: 10.08.244.4007.2.378 – 10.02 ND 3.3.50.43.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10.1) O descumprimento de qualquer cláusula estabelecida no Convênio, acarretará as seguintes penalidades:

a) Suspensão do repasse de recursos;

b) Rescisão do Convênio pelo Concedente, sem comunicação prévia;

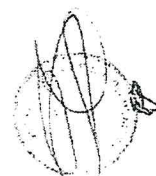
c) Devolução dos recursos ao Concedente, com o valor atualizado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1) Durante a vigência deste Convênio o Registro no Cadastro Municipal de Entidades e Organizações Conveniadas, bem como o repasse dos recursos, só serão mantidos à Conveniente cuja documentação e condições de



Handwritten signature



funcionamento forem julgadas satisfatórias pela Comissão Permanente para Análise e Acompanhamento dos Procedimentos Relativos ao Repasse;

11.2) Sem prejuízo das penalidades contidas na cláusula décima, a utilização dos recursos repassados pelo Concedente em objetivos diversos dos estabelecidos neste Convênio, acarretará ao Conveniente responsabilidade civil e penal conforme se apurar em ação própria, bem como a proibição de receber recursos municipais, seja a que título for;

11.3) Os recursos só serão repassados se a Conveniente não possuir débito com a Administração Pública;

11.4) O pagamento de salários e encargos dos empregados celetistas que prestam serviço na execução do Plano de Trabalho com recursos deste Convênio, não transferirá nenhum vínculo empregatício ao Concedente, ficando o Município eximido de qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária que possa ser alegada pelos empregados do Conveniente;

11.5) A inadimplência do Conveniente com relação às obrigações referidas no item anterior não transfere ao Concedente a responsabilidade por seu pagamento;

11.6) Os empregados contratados pelo Conveniente, com recursos deste Convênio não poderão prestar serviços fora do local de atuação da Conveniente, ou seja, fora do local onde os usuários são atendidos de forma contínua e permanente;

11.7) O Conveniente somente poderá utilizar do recurso deste Convênio para pagamento de um só coordenador, independentemente do número de usuários;

11.8) É facultada a cobrança de participação do idoso no custeio da Conveniente, obedecendo os artigos 35 e 36 da Lei nº 10.741 de 01/10/2003;

11.9) Nenhum beneficiário após triagem e/ou determinação do Ministério Público de institucionalização em hipótese alguma, deixará de ser aceito pelo Conveniente, sob alegação de não pagamento da cobrança, sendo tal situação motivadora de rescisão automática deste convênio;

11.10) Não será permitido ao Conveniente e/ou pessoas vinculadas à mesma, o uso de propaganda política partidária ou promoção pessoal, junto aos usuários dos serviços prestados, e/ou à população em geral;

11.11) Os casos omissos e as dúvidas serão resolvidos pela Comissão Permanente para Análise e Acompanhamento dos Procedimentos Relativos ao Repasse de Subvenção em conjunto com a Concedente;

11.12) As alterações ou prorrogações porventura necessárias ao fiel cumprimento do objetivo deste Convênio serão efetivadas mediante termo aditivo, obedecendo a Lei nº 8.666/1993 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO



Handwritten signature



Handwritten signature




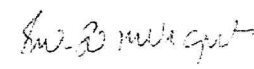
Handwritten signature

12.1) Elegem as partes o foro de Uberlândia para dirimir as controvérsias oriundas deste Convênio que não forem solucionadas amigavelmente.

E por estarem acordes com as cláusulas aqui expressas, as partes assinam este Convênio em 2 (duas) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas que também o assinam.

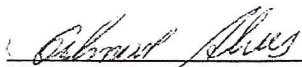
Uberlândia, 01 de Fevereiro de 2017



ODELMO LEÃO
Prefeito Municipal


IRACEMA BARBOSA MARQUES
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Trabalho e Habitação


NEUSA FREITAS ALVES
Presidente

Testemunhas:


Nome: Gilmar Alves
CPF: 351.349.926-49


Nome: Gleicimar Abadia da Silva
CPF: 034.028.736-56.

MNN / gas

